

GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE

Termo de Referência 58/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
58/2026	120632-GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE	SOLANGE CORREIA DE QUEIROZ	16/04/2026 10:01 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		67437.008256/2024-91

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Materiais Médicos Hospitalares para atender às necessidades do HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE RECIFE (HARF) nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN	QUANT TOTAL	VALOR MÉDIO OU MEDIANA	PREÇO TOTAL (R\$)
	1	CONECTOR PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, 20CM, 300PSI, VALVULADO, ANTIREFLUXO EM PVC ATÓXICO FLEXÍVEL, ESTÉRIL E APIROGÊNICO.	466646	UN	800	R\$ 17,30	R\$ 13.840,00
	2	EXTENSOR 200 CM, DOIS SPIKE COM 4 VÁLVULAS ANTI-REFLUXO, INDICADO PARA BOMBA INJETORA DE CONTRASTE, PRESSÃO 300PSI	458080	UN	160	R\$ 17,33	R\$ 2.772,80
	3	SERINGA DESCARTÁVEL, COM SPIKE MATERIAL PLÁSTICO, TIPO USO DESCARTÁVEL, CAPACIDADE 200, APLICAÇÃO EXAME DE TOMOGRAFIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTOR BAIXA PRESSÃO,TUBO DE ENCHIMENTO RÁPIDO, TIPO COMPATÍVEL COM BOMBA INFUSORA MALLINCKRODT	439649	UN	600	R\$ 84,29	R\$ 50.574,00
		CLIP USO CIRÚRGICO, MATERIAL TITÂNIO, TIPO LIGADURA, TAMANHO GRANDE,					

2	4	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM RANHURAS LONGITUDINAIS, TIPO EMBALAGEM CARTUCHOS COM 6 CLIPS	443987	UN	60	R\$ 52,28	R\$ 3.136,80
	5	CLIP USO CIRÚRGICO, MATERIAL TITÂNIO, TIPO LIGADURA,TAMANHO MÉDIO LARGO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM RANHURAS LONGITUDINAIS, TIPO EMBALAGEM CARTUCHOS COM 6 CLIPS	443994	UN	100	R\$ 260,22	R\$ 26.022,00
	6	CLIP USO CIRÚRGICO, MATERIAL TITÂNIO, TIPO LIGADURA, TAMANHO MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM RANHURAS LONGITUDINAIS, TIPO EMBALAGEM CARTUCHOS COM 6 CLIPS	443988	UN	100	R\$ 47,15	R\$ 4.715,00
	7	CLIP USO CIRÚRGICO, MATERIAL TITÂNIO, TIPO LIGADURA, TAMANHO PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM RANHURAS LONGITUDINAIS, TIPO EMBALAGEM CARTUCHOS COM 6 CLIPS	443989	UN	100	R\$ 42,35	R\$ 4.235,00
3	8	GRAMPEADOR CIRÚRGICO, FORMATO LINEAR, TIPO CORTANTE, COMPRIMENTO CERCA DE 75, MODELO RECARREGÁVEL, CARREGADO GRAMPO TITÂNIO, APLICAÇÃO* P/ TECIDO ESPESSO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	430379	UN	36	R\$ 771,41	R\$ 27.770,76
	9	GRAMPEADOR LINEAR ENDOSCÓPICO, FORMATO ARTICULADO, CORTANTE, TAMANHO* CERCA DE 60, MODELO 01 HASTE LONGA,CARACTERÍSTICA ADICIONAL PINO AÇO, TRAVA SEGURANÇA, ADICIONAIS CARREGADO,ESTERILIDADE* ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	428869	UN	20	R\$ 844,76	R\$ 16.895,20
	10	GRAMPEADOR, TIPO ENDOSCÓPICO LINEAR CORTANTE, TAMANHO 45, APLICAÇÃO TECIDO NORMAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS HASTE FLEXÍVEL, TIPO GRAMPO 6 LINHAS DE GRAMPO	428864	UN	10	R\$ 926,05	R\$ 9.260,50
	11	CARGA / REFIL PARA GRAMPEADOR - USO MÉDICO, MATERIAL TITÂNIO, COR AZUL, TAMANHO 75 A 80, TIPO PARA GRAMPEADOR LINEAR CORTANTE, ESTERILIDADE ESTÉRIL, USO DESCARTÁVEL	433526	UN	72	R\$ 174,72	R\$ 12.579,84
	12	CARGA / REFIL PARA GRAMPEADOR - USO MÉDICO, MATERIAL TITÂNIO, TAMANHO 45, TIPO ENDOSCÓPICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 3 LINHAS DE GRAMOS DE 3,5 MM	433583	UN	20	R\$ 539,58	R\$ 10.791,60
	13	CARGA / REFIL PARA GRAMPEADOR - USO MÉDICO,MATERIAL TITÂNIO, COR VERDE,	433526	UN	12	R\$ 320,01	R\$ 3.840,12

		TAMANHO 75 A 80, TIPO PARA GRAMPEADOR LINEAR CORTANTE, ESTERILIDADE ESTÉRIL, USO DESCARTÁVEL					
14		CARGA / REFIL PARA GRAMPEADOR ENDOSCOPIO, FORMATO LINEAR CORTANTE, COMPATÍVEL COM GRAMPEADOR ARTICULADO DE CERCA DE 60MM, USO MÉDICO MATERIAL TITÂNIO, COM LINHAS DE GRAMPOS ADEQUADAS AO MODELO, ESTERIL DESCARTÁVEL.	433589	UN	40	R\$ 446,09	R\$ 17.843,60
15		ÁCIDO PERACÉTICO, CONCENTRAÇÃO SOLUÇÃO À 3,5%, APRESENTAÇÃO ASSOCIADO COM PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO 26%	390608	GL 5L	30	R\$ 104,27	R\$ 3.128,10
16		AGULHA ANESTÉSICA, APLICAÇÃO P/ ANESTESIA PERIDURAL CONTÍNUA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, CENTIMETRADA, DIMENSÃO 18 G X 3 1/2', TIPO PONTA PONTA TUOHY, COMPONENTE ALETAS, COMPONENTE I CATETER CENTIMETRADO 20 G, FUROS LATERAIS, COMPONENTE II SERINGA DE VIDRO 10ML E CAMPO ESTÉRIL, CONECTOR UNIVERSAL CONECTOR VISOR TRANSPARENTE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL FILTRO 0,2 MICRA, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL	626640	UN	100	R\$ 12,60	R\$ 1.260,00
17		AGULHA ANESTÉSICA, APLICAÇÃO P/ PERIDURAL, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, CENTIMETRADA, DIMENSÃO 16 G X 3 1/2', TIPO PONTA PONTA TUOHY, COMPONENTE CATETER NYLON MOLA INTERNA, COMPONENTE I ORIFÍCIO LATERAL, COMPONENTE II CONECTOR TAMPA ARTICULADA, CONECTOR UNIVERSAL CONECTOR VISOR TRANSPARENTE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL CONJUNTO P/ ANESTESIA CONTÍNUA, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL	626632	UN	100	R\$ 27,06	R\$ 2.706,00
18		AGULHA ANESTÉSICA, APLICAÇÃO P/ PERIDURAL, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, CENTIMETRADA, DIMENSÃO 17 G X 3 1/2', TIPO PONTA PONTA WEISS, COMPONENTE ALETAS, COMPONENTE I CATETER CENTIMETRADO 19 G, FUROS LATERAIS, CONECTOR UNIVERSAL CONECTOR VISOR TRANSPARENTE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL CONJUNTO P/ ANESTESIA CONTÍNUA, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL	626635	UN	100	R\$ 5,07	R\$ 507,00
19		AGULHA PUNÇÃO, COMPRIMENTO 25, DIÂMETRO 20, ESTERILIDADE ESTÉRIL, TIPO USO DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ASA DE FIXAÇÃO E EXTENSOR CONECTOR LUER LOCK, MATERIAL VÁLVULA DE FECHAMENTO, BISEL TIPO PONTA DE LÁPIS, USO P/ PUNÇÃO EM CATETER TOTALMENTE IMPLANTÁVEL	439869	UN	300	R\$ 24,81	R\$ 7.443,00

20	AGULHA, TIPO AGULHA HIPODÉRMICA, TAMANHO 20 X 5,5, MATERIAL CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, TIPO PONTA BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, CARACTERÍSTICASADICIONAIS PROTETOR PLÁSTICO, USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, TIPO EMBALAGEM EMBALAGEM INDIVIDUAL	439803	UN	20.000	R\$ 0,09	R\$ 1.800,00
21	AGULHA, TIPO AGULHA HIPODÉRMICA, TAMANHO 25 X 7, MATERIAL CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, TIPO PONTA BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, CARACTERÍSTICASADICIONAIS PROTETOR PLÁSTICO, USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, TIPO EMBALAGEM EMBALAGEM INDIVIDUAL	439815	UN	40.000	0,10	R\$ 4.000,00
22	AGULHA, TIPO AGULHA HIPODÉRMICA, TAMANHO 25 X 8, MATERIAL CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, TIPO PONTA BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, CARACTERÍSTICASADICIONAISPROTETOR PLÁSTICO, USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, TIPO EMBALAGEM EMBALAGEM INDIVIDUAL	397519	CX C/ 100	400	R\$ 0,22	R\$ 88,00
23	ÁLCOOL ETÍLICO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, VOLÁTIL, TEOR ALCOÓLICO MÍNIMO DE 99,5°GL, FÓRMULA QUÍMICA C <sub>2</sub> H <sub>5</sub> OH, PESO MOLECULAR 46,07, GRAU DE PUREZA MÍNIMO DE 99,7% P/P INPM, CARACTERÍSTICA ADICIONAL ABSOLUTO, REAGENTE P.A. ACS ISO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 64-17-5	366466	L	1.200	R\$ 14,28	R\$ 17.136,00
24	ANUSCÓPIO, MATERIAL POLIETILENO TRANSPARENTE, TIPO USO DESCARTÁVEL, FECHADO, ABERTURA PROXIMAL 40, ABERTURA DISTAL 20, COMPRIMENTO MÁXIMO 90, ESTERILIDADE NÃO ESTÉRIL	438933	UN	500	R\$ 4,89	R\$ 2.445,00
25	ARTIGO PARA HIGIENE NO LEITO, TIPO: TOUCA, COMPONENTES: IMPREGNADA C, SHAMPO O, CONDICIONADOR, COMPONENTES ADICIONAIS: ANTIMICROBIANO, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO USO: DESCARTÁVEL	443092	UN	1.000	R\$ 17,26	R\$ 17.260,00
26	ATADURA GESSADA, MATERIAL TELA TIPO GIRO INGLÊS, 100% ALGODÃO, LARGURA 20, COMPRIMENTO 400, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IMPREGNADA GESSO COLOIDAL, SECAGEM ULTRA RÁPIDA	628326	RL 4 M	200	R\$ 4,94	R\$ 988,00

27	ATADURA, MATERIAL CREPOM, 100% ALGODÃO, LARGURA 25, COMPRIMENTO 180, TIPO EM REPOUSO, QUANTIDADE FIOS 18, TIPO EMBALAGEM, EMBALAGEM INDIVIDUAL	628345	RL 1,8 M	1.000	R\$ 1,34	R\$ 1.340,00
28	BISTURI DESCARTÁVEL, TAMANHO LÂMINA 2,75, TIPO ANGULADO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS P/ FACIEMULSIFICAÇÃO	461188	UN	200	R\$ 27,62	R\$ 5.524,00
29	BOLSA APLICAÇÃO ENEMA, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO P/ CLISTER OPACO, CAPACIDADE 3000, COMPONENTES CÂNULA RETAL FLEXÍVEL 2 VIAS, BALÃO, TIPO USO DESCARTÁVEL.	280993	UN	100	R\$ 33,48	R\$ 3.348,00
30	BOLSA TÉRMICA\, APLICAÇÃO :P/ CALOR\, MATERIAL:BORRACHA NATURAL\, MODELO: RETANGULAR\, CAPACIDADE :CERCA 500 ML\, COMPONENTES: TAMPA ROSQUEÁVEL, BOLSA TÉRMICA\, APLICAÇÃO: P/ CALOR\, MATERIAL: BORRACHA NATURAL\, MODELO: RETANGULAR\, CAPACIDADE :CERCA 1500 ML\, COMPONENTES: TAMPA ROSQUEÁVEL	433747	UN	20	R\$ 39,91	R\$ 798,20
31	BOLSA TÉRMICA\, APLICAÇÃO :P/ GELO\, MATERIAL: POLÍMERO FLEXÍVEL\, MODELO: REDONDA\, DIÂMETRO :CERCA 25 CM\, COMPONENTES: TAMPA ROSQUEÁVEL	433753	UN	20	R\$ 46,57	R\$ 931,40
32	CAMPO OPERATÓRIO, TIPO OFTALMOLÓGICO, COMPRIMENTO 120, LARGURA 140, TEXTURA HIDORREPELENTE, BARREIRA FLUÍDO SE MICROORGANISMOS, MATERIAL NÃO TECIDO SSMMS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FENESTRA ADESIVA, BOLSA COLETORA DE FLUÍDOS, ESTERILIDADE ESTÉRIL, TIPO EMBALAGEM DOBRA CIRÚRGICA, EMBALAGEM DUPLA	607203	UN	200	R\$ 10,09	R\$ 2.018,00
33	CAMPO OPERATÓRIO, TIPO PRÉ-LAVADO ESTÉRIL, COMPRIMENTO 45, LARGURA 45, TEXTURA COSTURA DUPLA 15 FIOS/CM2, MATERIAL 100% ALGODÃO, COR BRANCA SEM ALVEJANTE E AMIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 4 CAMADAS, FIO RADIOPACO, CADAÇO DUPLO EM ALÇA, GRAMATURA 40.	623071	PC 50 UN	1.000	R\$ 139,12	R\$ 139.120,00
34	CÂNULA DESCARTAVEL DE TRAQUEOSTOMIA, ESTERIL CONFECCIONADA EM PVC, ATÓXICO FLEXIVEL, TRANSPARENTE COMPOSTA POR CANULA EXTERNA, COM BALÃO DE BAIXA PRESSAO N/ 8,0 CÂNULA INTERIOR E TAMPA DE VEDAÇÃO, LINHA RADIOPACA E ASAS PARA FIXAÇÃO COM IMPRESSÃO DO CALIBRE EM LOCAL VISIVEL (TIPO CÂNULA DE SHILEY).	427875	UN	50	R\$ 427,50	R\$ 21.375,00

35	CÂNULA DESCARTAVEL DE TRAQUEOSTOMIA, ESTERIL CONFECCIONADA EM PVC, ATÓXICO FLEXIVEL, TRANSPARENTE COMPOSTA POR CANULA EXTERNA, COM BALÃO DE BAIXA PRESSAO N/ 7,0 CÂNULA INTERIOR E TAMPA DE VEDAÇÃO, LINHA RADIOACA E ASAS PARA FIXAÇÃO COM IMPRESSÃO DO CALIBRE EM LOCAL VISIVEL (TIPO CÂNULA DE SHILEY ).	427874	UN	100	R\$ 441,78	R\$ 44.178,00
36	CÂNULA OROFARÍNGEA, MATERIAL POLIURETANO FLEXÍVEL, TAMANHO Nº 1, TIPO GUEDEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL	450963	UN	10	R\$ 3,01	R\$ 30,10
37	CÂNULA OROFARÍNGEA, MATERIAL POLIURETANO FLEXÍVEL, TAMANHO Nº 2, TIPO GUEDEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL	450964	UN	10	R\$ 2,89	R\$ 28,90
38	CÂNULA OROFARÍNGEA, MATERIAL POLIURETANO FLEXÍVEL, TAMANHO Nº 3, TIPO GUEDEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL	450965	UN	10	R\$ 3,41	R\$ 34,10
39	CÂNULA OROFARÍNGEA, MATERIAL POLIURETANO FLEXÍVEL, TAMANHO Nº 4, TIPO GUEDEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL	450966	UN	10	R\$ 2,13	R\$ 21,30
40	CÂNULA OROFARÍNGEA, MATERIAL POLIURETANO FLEXÍVEL, TAMANHO Nº 5, TIPO GUEDEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL	450967	UN	10	R\$ 2,33	R\$ 23,30
41	CÂNULA OROFARÍNGEA, MATERIAL POLIURETANO, TAMANHO Nº 0, TIPO OROFARÍNGEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS GUEDEL C / CONECTOR EXTREMIDADE PROXIMAL E ORIFÍCIO, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL	450962	UN	10	R\$ 1,94	R\$ 19,40
42	CAPA CÂMARA VÍDEO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO ESTÉRIL, APLICAÇÃO EQUIPAMENTO CENTRO CIRÚRGICO	617193	UN	500	R\$ 7,56	R\$ 3.780,00
43	CATETER P/ INTERVENÇÃO, TIPO DE CATETER CATETER FOGARTY, TIPO USO BALÃO DE LÁTEX, TIPO MATERIAL POLIURETANO FLEXÍVEL, CALIBRE EXTERNO 4, COMPRIMENTO CERCA DE 80, APLICAÇÃO EMBOLECTOMIA, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	459976	UN	15	R\$ 122,22	R\$ 1.833,30
44	CATETER UMBILICAL, MATERIAL POLIURETANO, TIPO NEONATO, APLICAÇÃO EM ARTÉRIAS E VEIAS UMBILICAIS, TIPO USO DESCARTÁVEL, COMPRIMENTO 30 A 40, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RADIOPACO/	448700	UN	10	R\$ 281,11	R\$ 2.811,10

		MARCAÇÃO EM CENTÍMETROS /DUPLO LÚMEN, CALIBRE 3,5, ESTERILIDADE ESTÉRIL					
45		CATETER, MATERIAL SILICONE OU POLIURETANO, TIPO VENOSO CENTRAL, INSERÇÃO PERIFÉRICA(TIPO PIC), TIPO USO CONECTADO A INTRODUTOR METÁLICO GUIA, APLICAÇÃO 24 G; 1,9 FR; 19CM; INTRODUTOR 20G/19MM, USO CENTIMETRADO, BIPARTIDO, REVESTIMENTO RAD IOPACO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	437300	UN	10	R\$ 245,79	R\$ 2.457,90
46		CATETER BALÃO RETAL PARA URODINAMICA	392257	UN	400	R\$ 54,95	R\$ 21.980,00
47		CLIQUE USO CIRÚRGICO, MATERIAL POLÍMERO, TIPO HEMOSTÁTICO, TAMANHO GRANDE. CLIP PARA VASOS DE 7 A 16 MM.	443992	UN	36	R\$ 151,38	R\$ 5.449,68
48		CLIQUE USO CIRÚRGICO, MATERIAL POLÍMERO, TIPO HEMOSTÁTICO, TAMANHO MÉDIO. CLIP PARA VASOS DE 5 A 13 MM.	443993	UN	36	R\$ 136,67	R\$ 4.920,12
49		COLCHÃO - USO HOSPITALAR, MATERIAL ESPUMA, DENSIDADE D-23, COMPRIMENTO 190, LARGURA 80, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO CAIXA DE OVO, APLICAÇÃO LAVÁVEL	459468	UN	50	R\$ 318,76	R\$ 15.938,00
50		CONJUNTO (I), TIPO PUNÇÃO ARTÉRIA RADIAL POR TÉCNICA SELDINGER, COMPOSIÇÃO POLIURETANO TIPO 2, RAD IOPACO, REFORÇO JUNÇÃO, COMPONENTES EXTENSÃO CLAMP E ABA FIXAÇÃO, AGULHA ARTERIAL, CARACTERISTICA ADICIONAL DIMENSÕES: 20 A 22GA X 5 A 8 CM, COMPONENTE ADICIONAL CORTE EM “V” P INDICAÇÃO FACE BISEL.	439989	UN	120	R\$ 73,23	R\$ 8.787,60
51		CONJUNTO FACOEMULSIFICAÇÃO, COMPOSTO POR CASSETE ESTÉRIL, APLICAÇÃO USO EM APARELHO DE FACOEMULSIFICAÇÃO MODELO STELLARIS BAUCH&LOMB, PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE CATARATA	449789	UN	100	R\$ 1.926,67	R\$ 192.667,00
52		CONJUNTO MONITORIZAÇÃO, COMPONENTES TRANSDUTOR DE PRESSÃO ADULTO CONECTOR MACHO-FÊMEA, ACESSÓRIOS EQUIPO SORO, DISPOSITIVO FLUXO CONTÍNUO 3ML/H, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TUBO PRESSÃO CONECTOR MACHO-FÊMEA 30CM, ADICIONAIS TUBO DE PRESSÃO CONECTOR MACHO-FÊMEA 120CM, COMPATIBILIDADE 2 TORNEIRAS 3 VIAS, 2 TAMPAS NÃO PERFURADAS, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, APLICAÇÃO PRESSÃO INVASIVA.	456959	UN	100	R\$ 163,87	R\$ 16.387,00

53	CORANTE, TIPO VERDE BRILHANTE, ASPECTO FÍSICO PÓ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CI 42040	327493	FR 25 G	5	R\$ 33,07	R\$ 165,35
54	DRENO CIRÚRGICO, TIPO DE PENROSE, MATERIAL LÁTEX ATÓXICO, COMPONENTES COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM GAZE, TAMANHO Nº 1, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	438527	UN	30	R\$ 14,56	R\$ 436,80
55	DRENO CIRÚRGICO, TIPO DE PENROSE, MATERIAL LÁTEX ATÓXICO, COMPONENTES COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM GAZE, TAMANHO Nº 2, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	438528	UN	60	R\$ 16,51	R\$ 990,60
56	DRENO CIRÚRGICO, TIPO DE PENROSE, MATERIAL LÁTEX ATÓXICO, COMPONENTES COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM GAZE, TAMANHO Nº 4, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	438529	UN	20	R\$ 14,26	R\$ 285,20
57	DRENO CIRÚRGICO, TIPO DE SUCÇÃO CONTÍNUA, COMPONENTES TB ASPIRAÇÃO E DRENAGEM - PVC ATÓXICO SILICONIZADO, COMPONENTES ADICIONAIS TRANSPARENTE, FOLE SANFONADO COM ALÇA EM PVC, CARACTERÍSTICA ADICIONAL COM AGULHA EM AÇO INOX, TAMANHO 3,2 MM (1/8"), TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	438501	UN	60	R\$ 16,79	R\$ 1.007,40
58	DRENO CIRÚRGICO, TIPO DE SUCÇÃO CONTÍNUA, COMPONENTES TB ASPIRAÇÃO E DRENAGEM - PVC ATÓXICO SILICONIZADO, COMPONENTES ADICIONAIS TRANSPARENTE, FOLE SANFONADO COM ALÇA EM PVC, CARACTERÍSTICA ADICIONAL COM AGULHA EM AÇO INOX, TAMANHO 4,8 MM (3/16"), TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	438476	UN	60	R\$ 6,33	R\$ 379,80
59	DRENO CIRÚRGICO, TIPO DE SUCÇÃO CONTÍNUA, COMPONENTES TB ASPIRAÇÃO E DRENAGEM - PVC ATÓXICO SILICONIZADO, COMPONENTES ADICIONAIS TRANSPARENTE, FOLE SANFONADO COM ALÇA EM PVC, CARACTERÍSTICA ADICIONAL COM AGULHA EM AÇO INOX, TAMANHO 6,4 MM (1/4"), TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	438491	UN	60	R\$ 34,58	R\$ 2.074,80
60	DRENO CIRÚRGICO, TIPO SUCÇÃO TIPO BLAKE, MATERIAL SILICONE, COMPONENTES COM 4 CANAIS, TROCARTE 1/4', COMPONENTES ADICIONAIS CENTRO RÍGIDO, FORMA CILÍNDRICA, BULBO DE SUCÇÃO DE 100ML, TAMANHO 19FR, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	440885	UN	30	R\$ 31,39	R\$ 941,70
	DRENO CIRÚRGICO, TIPO SUCÇÃO TIPO BLAKE, MATERIAL SILICONE, COMPONENTES COM 4					

61	CANAIS, TROCARTE 3/16", COMPONENTES ADICIONAIS CENTRO RÍGIDO, BULBO DE SUCÇÃO DE 100ML, TAMANHO 15FR, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	440640	UN	50	R\$ 111,00	R\$ 5.550,00
62	EMBALAGEM P, ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO - SMS, GRAMATURA , ESPESSURA: CERCA DE 40 G,M2, APRESENTAÇÃO: FOLHA, TAMANHO: CERCA DE 90 X 90 CM, TIPO USO: USO ÚNICO.	452013	UN	2000	R\$ 1,69	R\$ 3.380,00
63	EMBALAGEM P, ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO - SMS, GRAMATURA , ESPESSURA: CERCA DE 50 G,M2, APRESENTAÇÃO: FOLHA, TAMANHO: CERCA DE 90 X 90 CM, TIPO USO: USO ÚNICO.	452012	UN	2000	R\$ 1,78	R\$ 3.560,00
64	EMBALAGEM P, ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO - SMS, GRAMATURA , ESPESSURA: CERCA DE 60 G,M2, APRESENTAÇÃO: FOLHA, TAMANHO: CERCA DE 150 X 150 CM, TIPO USO: USO ÚNICO	452008	UN	2000	R\$ 5,74	R\$ 11.480,00
65	EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: POLIPROPILENO- SMS, GRAMATURA , ESPESSURA: CERCA DE 40 G,M2, APRESENTAÇÃO: FOLHA, TAMANHO: CERCA DE 150 X 150 CM, TIPO USO: USO ÚNICO.	452007	UN	2000	R\$ 4,55	R\$ 9.100,00
66	EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO (POUCH), MATERIAL PAPEL GRAU CIRÚRGICO FILME LAMINADO TRANSPARENTE, COMPRIMENTO 100, LARGURA 50, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE NÃO ESTÉRIL, GRAMATURA 54, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS P/ ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, EM FORMA DE BOBINA, TOXIDADE APIROGÊNICO, ATÓXICO	442443	UN	40	R\$ 78,21	R\$ 3.128,40
67	EQUIPO ESPECIAL, APLICAÇÃO P/ ARTROSCOPIA, NÚMERO VIAS QUATRO VIAS, MATERIAL PVC CRISTAL, TIPO PONTEIRA PONTA PERFURANTE TAMPA CADA VIA, TIPO PINÇA CORTA FLUXO TODAS VIAS, TIPO CONECTOR CONECTOR GRADUADO E CONECTOR FEMEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS P/ VIDEO, ALTO FLUXO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	609797	UN	50	R\$ 15,09	R\$ 754,50
68	EQUIPO, APLICAÇÃO GOTEJADOR PADRÃO ( 20GTS/ML DE SOLUÇÃO), MATERIAL PVC CRISTAL, TIPO USO PINÇA ROLETE E INJETOR LATERAL TAMPA, MACROGOTAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIDADE ATÓXICO, APIROGÊNICO, DESCARTÁVEL E ESTÉRIL	609481	UN	40.000	R\$ 1,16	R\$ 46.400,00
	EQUIPO, TIPO DE EQUIPO MEDIDOR DE PRESSÃO VENOSA CENTRAL, MATERIAL PVC					

69	CRISTAL, COMPRIMENTO MÍN. 120, TIPO CÂMARA PONTA PERFURANTE CÂMARA TAMPA, TIPO GOTEJADOR GOTA PADRÃO, TIPO PINÇA REGULADOR DE FLUXO E CORTA FLUXO, TIPO INJETOR DERIVAÇÃO EM Y, TIPO CONECTOR CONECTOR LUER FÊMEA E LOCK MACHO TAMPA., CARACTERÍSTICA ADICIONAL ESCALA GRADUADA 40CM, ESTERILIDADE ESTÉRIL,DESCARTÁVEL.	609786	UN	800	R\$ 4,72	R\$ 3.776,00
70	ESCOVA DEGERMAÇÃO, APLICAÇÃO COM PVP À 10% IODADO À 1%, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EMBALADA INDIVIDUALMENTE	620164	UN	3.500	R\$ 2,79	R\$ 9.765,00
71	ÉTER DIETÍLICO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA (C2H5) 2O, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, ODOR CARACTERÍSTICO, PUREZA MÍNIMA PUREZA MÍNIMA DE 99%, PESO MOLECULAR 74,12, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 60-29-7	391604	FR 1 L	30	R\$ 125,71	R\$ 3.771,30
72	FIXADOR TUBO OROTRAQUEAL, MATERIAL ESPUMA	481519	UN	300	R\$ 9,87	R\$ 2.961,00
73	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, MATERIAL EM POLIETILENO (PLÁSTICO), TIPO BICO BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TIPO TAMPA TAMPA EM ROSCA, COR ÂMBAR, CAPACIDADE 250	279887	UN	100	R\$ 4,88	R\$ 488,00
74	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, MATERIAL EM POLIETILENO (PLÁSTICO), TIPO BICO BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TIPO TAMPA TAMPA EM ROSCA, COR ÂMBAR, CAPACIDADE 500	279889	UN	100	R\$ 6,66	R\$ 666,00
75	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, MATERIAL EM POLIETILENO (PLÁSTICO), TIPO BICO BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TIPO TAMPA TAMPA EM ROSCA, COR TRANSPARENTE, CAPACIDADE 500	279895	UN	100	R\$ 8,28	R\$ 828,00
76	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, MATERIAL EM POLIETILENO(PLÁSTICO), TIPO BICO BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TIPO TAMPA TAMPA EM ROSCA, COR TRANSPARENTE, CAPACIDADE 250	279893	UN	100	R\$ 6,96	R\$ 696,00
77	FRASCO COLETOR\, TIPO: P/ VIAS AÉREAS, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, CAPACIDADE: CERCA DE 100 ML, TIPO TAMPA: TAMPA ROSQUEÁVEL, COMPONENTES:2 VIAS, OUTROS COMPONENTES: C/ CONECTOR, CORTA-FLUXO, COMPONENTES ADICIONAIS:ALÇA, GRADUAÇÃO: GRADUADO\, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TIPO USO:DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	619159	UN	300	R\$ 11,46	R\$ 3.438,00

78	GARROTE, MATERIAL :FAIXA ELÁSTICA, COMPONENTE ADICIONAL:C/ SISTEMA DE TRAVA EM PLÁSTICO, TAMANHO: TAMANHO ADULTO, TIPO USO: REUTILIZÁVEL	445576	UN	100	R\$ 10,94	R\$ 1.094,00
79	IMOBILIZADOR (ÓRTESE), TIPO:TIPOIA VELPEAU, MATERIAL:TECIDO 100 % ALGODÃO RESISTENTE, TAMANHO:TAMANHO M, POSIÇÃO: BILATERAL, MODELO:ALÇA REGULÁVEL, TIPO FECHO:FECHO DE ENGATE RÁPIDO	452150	UND	30	R\$ 80,75	R\$ 2.422,50
80	IMOBILIZADOR (ÓRTESE), TIPO:TIPOIA VELPEAU, MATERIAL:TECIDO 100 % ALGODÃO RESISTENTE, TAMANHO:TAMANHO P, POSIÇÃO: BILATERAL, MODELO:ALÇA REGULÁVEL, TIPO FECHO:FECHO DE ENGATE RÁPIDO	452152	UND	30	R\$ 69,47	R\$ 2.084,10
81	IMOBILIZADOR (TIPÓIA), MATERIAL LONA, TIPO BILATERAL, TAMANHO TAMANHO G	452156	UN	30	R\$ 53,26	R\$ 1.597,80
82	IMOBILIZADOR (TIPÓIA), MATERIAL LONA, TIPO BILATERAL, TAMANHO TAMANHO M	452157	UN	30	R\$ 50,60	R\$ 1.518,00
83	IMOBILIZADOR (TIPÓIA), MATERIAL LONA, TIPO BILATERAL, TAMANHO TAMANHO P	452159	UN	30	R\$ 53,26	R\$ 1.597,80
84	KIT CATETER TOTALMENTE IMPLANTÁVEL 7,5 FR X 60CM, COMPOSIÇÃO 01 CÂMARA TITÂNIO OU TITÂNIO COM POLISSULFONA, 01 CATETER PARA LAVAGEM, 01 CATETER VENOSO EM SILICONE RAD IOPACO CENTIMETRADO, 01 ANCORADOR DE VEIA, 01 AGULHA PARA PUNÇÃO, 01 TRAVA DE CATETER EM TITÂNIO, 01 INTRODUTOR TIPO PEEL-AWAY, 01 AGULHA TIPO HUBER, 01 FIO GUIA, 01 TUNELIZADOR, 01 SERINGA DE 10 ML DESCARTÁVEL	437393	UN	20	R\$ 834,27	R\$ 16.685,40
85	KIT CATETER TOTALMENTE IMPLANTÁVEL 8,4 FR X 60CM, COMPOSIÇÃO 01 CÂMARA TITÂNIO OU TITÂNIO COM POLISSULFONA, 01 CATETER PARA LAVAGEM, 01 CATETER VENOSO EM SILICONE RAD IOPACO CENTIMETRADO, 01 ANCORADOR DE VEIA, 01 AGULHA PARA PUNÇÃO, 01 TRAVA DE CATETER EM TITÂNIO, 01 INTRODUTOR TIPO PEEL-AWAY, 01 AGULHA TIPO HUBER, 01 FIO GUIA, 01 TUNELIZADOR, 01 SERINGA DE 10 ML DESCARTÁVEL.	437394	UN	10	R\$ 731,13	R\$ 7.311,30
86	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL BORRACHA SINTÉTICA, TAMANHO 7,50, ESTERILIDADE ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM PÓ, BAINHA, ISENTA DE LÁTEX NATURAL, TIPO USO DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, EMBALAGEM CONFORME NORMA ABNT ABERTURA ASSÉPTICA	620097	PAR	500	R\$ 3,80	R\$ 1.900,00

87	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL BORRACHA SINTÉTICA, TAMANHO 8,ESTERILIDADE ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM PÓ, BAINHA, ISENTA DE LÁTEX NATURAL, TIPO USO DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, EMBALAGEM CONFORME NORMA (ABNT) ABERTURA ASSÉPTICA	620098	PAR	300	R\$ 4,47	R\$ 1.341,00
88	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL: SILICONE, TAMANHO: 7, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TIPO USO: DESCARTÁVEL	620096	PAR	100	R\$ 2,22	R\$ 222,00
89	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL: SILICONE, TAMANHO: 7,50, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TIPO USO: DESCARTÁVEL	620103	PAR	100	R\$ 5,09	R\$ 509,00
90	LUVA GINECOLÓGICA DESCARTÁVEL, COMPOSIÇÃO POLIETILENO TRANSPARENTE, ESTERILIZADAS E EMBALADAS INDIVIDUALMENTE	619861	PAR	200	R\$ 29,73	R\$ 5.946,00
91	MARCADOR DE INSTRUMENTAL, TIPO RL, TAMANHO CERCA DE 3 MM, FORMATO FITA ADESIVA, MATERIA PRIMA ISENTA DE LÁTEX, CARACTERÍSTICAS COM COR, ADICIONAIS AUTOCLAVÁVEL	428824	RL 6,2 M	30	R\$ 47,80	R\$ 1.434,00
92	PONTEIRA DE IRRIGAÇÃO E ASPIRAÇÃO, MODELO DP 9740, PARA FACOEMULSIFICADOR STELLARIS, MARCA BAUSCH & LOMB.	456571	UN	80	R\$ 302,83	R\$ 24.226,40
93	PONTEIRA MICROFLOW, MODELO DP 8230, PARA FACOEMULSIFICADOR STELLARIS, MARCA BAUSCH & LOMB.	456571	UN	100	R\$ 332,07	R\$ 33.207,00
94	PORTA LÂMINA, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 3 LÂMINAS, TIPO TAMPA TAMPA ROSQUEÁVEL, ADICIONAL COM DIVISÓRIAS	412639	UN	1.000	R\$ 1,69	R\$ 1.690,00
95	PRESERVATIVO MASCULINO, MATERIAL LÁTEX NATURAL, COMPRIMENTO MÍNIMO 160, LARGURA 52, ESPESSURA MÍNIMA ESPESSURA MÍN. 0,03MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS S /LUBRIFICANTE, S/ ESPERMICIDA, ADICIONAISTRANSLÚCIDO, TRANSPARENTE	330952	UN	3.000	R\$ 0,69	R\$ 2.070,00
96	ROMPEDOR - USO MEDICO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL, TIPO PONTA ARREDONDADA, COR BRANCA, COMPRIMENTO 25, APLICAÇÃO ROMPER MEMBRANA AMINIÓTICA	436810	UN	100	R\$ 2,51	R\$ 251,00
	SENSOR DE USO CONJUNTO COM LEITOR ESPECÍFICO, PARA MONITORAMENTO					

97	CONTÍNUO DE GLICOSE INTERSTICIAL, A SER UTILIZADO NA PARTE POSTERIOR DO BRAÇO. VIDA ÚTIL DO SENSOR POR ATÉ 14 DIAS, COM LEITURAS DE GLICOSE ARMAZENADAS A CADA 15 MINUTOS, SENDO NECESSÁRIO SCANNER, A CADA 8 HORAS, NO MÍNIMO, PARA GARANTIR A CAPTAÇÃO DOS DADOS DE GLICOSE DE UM INTERVALO DE 24 HORAS. RESISTENTE À AGUA, PODENDO SUPORTAR IMERSÃO EM ATÉ UM METRO DE ÁGUA POR ATÉ 30 MINUTOS. TECNOLOGIA ELETROQUÍMICA AMPEROMÉTRICA PARA MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE INTERSTICIAL, COM INTERVALO DE LEITURA DE GLICOSE DE 40 A 500MG/DL.	439443	UN	120	R\$ 359,94	R\$ 43.192,80
98	SENSOR, TIPO MONITORAR ATIVIDADE CEREBRAL, USO EM MONITOR DE NÍVEL DE CONSCIÊNCIA, TAMANHO ADULTO	456172	UN	300	R\$ 215,97	R\$ 64.791,00
99	SERINGA DESCARTÁVEL, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO USO DESCARTÁVEL, CAPACIDADE 200, APLICAÇÃO EXAME DE TOMOGRAFIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTOR BAIXA PRESSÃO,TUBO DE ENCHIMENTO RÁPIDO, TIPO COMPATÍVEL COM A BOMBA INFUSORA MEDRAD	439649	UN	600	R\$ 91,56	R\$ 54.936,00
100	SERINGA,MATERIAL POLIPROPILENO TRANSPARENTE, CAPACIDADE 1, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, GRADUAÇÃO IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, TIPO USO GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, COMPONENTE AGULHA 13 X0,45 MM, BISEL TRIFACETADO, ESTERILIDADE DESCARTÁVEL,ESTÉRIL	439622	UN	25.000	R\$ 0,29	R\$ 7.250,00
101	SONDA, MATERIAL SILICONE, TIPO FOLEY, TAMANHO Nº 14, QUANTIDADE VIAS 2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 5CC DE CAPACIDADE NO BALÃO, APLICAÇÃO UROLOGIA, ESTERILIDADE ESTÉRIL	435995	UN	60	R\$ 11,68	R\$ 700,80
102	SONDA, MATERIAL SILICONE, TIPO RETAL, TAMANHO Nº 28, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL	435938	UN	100	R\$ 2,03	R\$ 203,00
103	SWAB, MATERIAL HASTE PLÁSTICA, TIPO PONTA PONTA EM ALGODÃO HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO* EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, TIPO DE USO DESCARTÁVEL	396142	UN	200	R\$ 18,50	R\$ 3.700,00
104	TERMÔMETRO CLÍNICO, TIPO DIGITAL, FAIXA MEDIÇÃO TEMPERATURA 32 A 42, APLICAÇÃO USO RETAL, AXILAR E ORAL	435801	UN	50	R\$ 20,73	R\$ 1.036,50

105	TUBO HOSPITALAR, MATERIAL: BORRACHA DE LÁTEX NATURAL, REFERÊNCIA: Nº 204, DIÂMETRO INTERNO: CERCA DE 6,0 MM, ESTERILIDADE: AUTOCLAVÁVEL.	459097	UN	4.000	R\$ 4,65	R\$ 18.600,00
VALOR TOTAL ESTIMADO:						R\$ 1.176.380,97

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade são definidos de forma objetiva, utilizando especificações comuns do mercado.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 dias contados do recebimento da Nota de Empenho pela contratada, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. A ata de Registro de Preços originária do presente Termo poderá ser prorrogada, com a respectiva renovação dos quantitativos dos itens, conforme disposto no inciso IX do Art. 15 do Decreto nº 11.462/2023.
- 1.6. A prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços importará na renovação do quantitativo registrado, sem a soma do quantitativo eventualmente não utilizado no primeiro ano de vigência e observado o disposto no Art. 23 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 1.7. Os materiais deverão ter prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses.
- 1.8. Os códigos e descrições do "CATMAT", constantes do "SISG", citados pelo "Compras governamentais" podem eventualmente divergir da descrição dos itens quanto a especificações e outras características. Neste caso, ou seja, havendo divergências quanto ao código/descrição do CATMAT, valem as especificações detalhadas neste Termo de Referência.
- 1.9. O objeto encontra-se contemplado no plano de Logística sustentável do HARF.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços nos processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas utilizados.

4.1.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

4.1.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.4. Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.5. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.1.6. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.1.7. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.1.8. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.1.9. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

4.1.10. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.1.11. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;

4.1.12. Destinação ambiental adequada das embalagens e resíduos, que decorrerem da aquisição, após sua utilização, considerando sua qualificação: recicláveis, não recicláveis, orgânicos, perigosos, eletroeletrônicos, resíduos de saúde e rejeitos;

## **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.6. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.7. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

**5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.**

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Senador Sérgio Guerra (antiga Avenida Beira Mar), nº 606, Piedade, Jaboatão dos Guararapes, CEP 54.400-003, na Farmácia do Hospital de Aeronáutica de Recife, de segunda a sexta-feira, no horário das 8 horas às 15 horas.

5.4. Devem ser feitas as seguintes observações referentes aos itens para aquisição:

5.4.1 Para os itens 4 a 7 a empresa contratada deverá fornecer, sem nenhum ônus para a Unidade Hospitalar em esquema de comodato (ao término do pregão o mesmo deverá ser devolvido a empresa), 1 clipadora e 1 endo clipadora compatível com todos os tamanhos dos itens ofertados pela empresa.

5.4.2 Para o item 52 a empresa contratada deverá fornecer, sem nenhum ônus para a Unidade Hospitalar, 10 (dez) placas para transdutor de pressão com as seguintes características: permitir o encaixe no clamp na área frontal para transdutor de pressão descartável, conector protegido de respingos acidentais, na cor clara de fácil higienização resistente ao uso de álcool a 70% e garra apropriada para fixação em suporte soro; 05 (cinco) cabos de conexão compatível com monitores alfamed vita 400 e 05 (cinco) cabos de conexão compatível com monitores dash 4000. Também deverá ministrar treinamento gratuito para a correta utilização dos equipamentos, além de manutenção preventiva e substituição imediata em caso de defeito ou mau funcionamento.

5.4.3 Em relação ao item 98 a empresa contratada deverá fornecer o equipamento, monitor de nível de consciência (monitor tipo BIS), necessário para a utilização dos sensores, sem nenhum ônus para a Unidade Hospitalar. Também deverá ministrar treinamento gratuito para a correta utilização do equipamento, além de manutenção preventiva e substituição imediata em caso de defeito ou mau funcionamento.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Fiscalização

6.5. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da contratação, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico da contratação informará ao gestor da contratação, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas, o fiscal técnico da contratação comunicará o fato imediatamente ao gestor da contratação.

6.11. O fiscal técnico da contratação comunicará ao gestor da contratação, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da contratação atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da contratação para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor da contratação:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da contratação contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da contratação, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da contratação para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais da contratação, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da contratação.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

### 7.3. Multa:

7.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato licitado, até o 3º (terceiro) dia, aplicada em conformidade com a PORTARIA GABAER Nº623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023;

7.3.2. Moratória para infrações no item “d”, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato licitado, aplicado no 4º (quarto) até o 30º (trigésimo) dia, aplicado em conformidade com a PORTARIA GABAER Nº 623/GCA, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023;

7.3.3. A moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, aplicável a partir do 31º (trigésimo primeiro), aplicada em conformidade com a PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023;

7.3.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.3.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.3.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.3.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.3.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação

7.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.16. Além das dosimetrias acima elencadas, a licitante/contratada deverá atentar quanto ao disposto Portaria GABAER nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, sobre a dosimetria para aplicação de sanções administrativas em Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), em caso de descumprimento de cláusula editalícia ou obrigação contratual, por parte do licitante ou contratado, em contratações realizadas com base na Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (inco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10( dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

## **Liquidação**

- 8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.10.1. o prazo de validade;
  - 8.10.2. a data da emissão;
  - 8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 8.10.5. o valor a pagar; e
  - 8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.13.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.20. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.25. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.25.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.25.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.25.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.25.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.26. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/03/2026.

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.29. Como não há um índice específico para o reajuste de material médico hospitalar, esta Administração optou por escolher um índice mais genérico, que englobe, também, esse tipo de material. Entre as opções, poderíamos escolher o IPCA (o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que são índices que incluem as seguintes categorias: Alimentação e bebidas, Transportes, Habitação, Artigos de residência, Saúde e cuidados pessoais, Despesas pessoais, Comunicação, Educação e Vestuário. Entre tanto, como o IPCA cobre uma faixa de 90% da população, quando o INPC cobre apenas 50%. Dessa forma, esta Administração adotou o IPCA como índice para o reajuste dos material médico hospitalar, objeto do certame.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese transformação e transporte de material médico hospitalar e insumos farmacêuticos destinados a uso humano,, expedido por pela Agência Nacional de Vigilância sanitária (ANVISA) nos termos do Art.3º da RDC nº 16/2014, inciso IV do art 4º e art 21º da Lei 5.991 de 17 de dezembro de 1973 e art 2º da lei 6.360 de 23 de setembro de 1976. 8.31.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira[A10]**

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de patrimônio líquido, mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente no Órgão de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, visando assegurar o cumprimento do Art. 1º da lei Nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, em plena validade;

9.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento do aceite de instrumento equivalente (Nota de Empenho), da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.31. Comprovante de Autorização de funcionamento pelo Ministério da Saúde- ANVISA ou publicação em Diário Oficial da união (DOU) ou Autorização de Funcionamento Especial, visando assegurar o cumprimento do Art.3º da RDC nº 16/2014, inciso IV do art 4º e art 21º da Lei 5.991 de 17 de dezembro de 1973 e art 2º da lei 6.360 de 23 de setembro de 1976. .

9.32. Certificado de Registro dos Produtos, emitido pelo órgão competente do Ministério da Saúde ou Cópia da Publicação em D.O.U. ou comprovação (protocolo) de sua revalidação, conforme Art 12º da Lei 6.360 de setembro de 1976

9.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. Dados do emissor: CNPJ, razão social, endereço e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

9.33.1.2. Dados do contratante: CNPJ, razão social e endereço da empresa que solicitou o atestado.

9.33.1.3. Detalhes do objeto: Descrição do objeto, quantidade, prazo de execução e período de contrato.

9.33.1.4. Assinatura do responsável: O atestado deve ser assinado por um representante legal da empresa ou órgão público que o emitiu.

9.33.1.5. Data de emissão: A data em que o atestado foi emitido deve constar do documento.

9.33.1.6. Compatibilidade com a licitação: O serviço descrito no atestado deve ser semelhante ou pertinente ao objeto da licitação.

9.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.35. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente (Nota de Empenho), os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.176.380,97 (um milhão, cento e setenta e seis mil, trezentos e oitenta reais e noventa e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante da contratação.

10.3. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão do instrumento equivalente.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

12.2. Não há a necessidade de classificar o presente Termo nos termos da Lei N° 12.527, de 18 de Novembro de 2011, tendo em vista que os documentos pertencentes ao objeto não se enquadram como sigilosos, e estarão disponíveis para consulta tão logo o Edital seja publicado.

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto no 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---

ELANE MENDES DE LIMA -2ºTen QOCON FARM

Chefe da SALFMMH do HARF

## **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

### **ANEXO I**

#### **Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

## **13. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

13.1. O adjudicatário terá o contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato ( Nota Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

13.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

13.4. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.5. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## **14. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

14.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

14.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

14.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

14.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

14.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

15.1. São obrigações do Contratante:

15.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

15.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

15.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

15.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

15.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

15.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

15.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

15.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

16.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

16.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

16.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

16.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

16.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

16.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

16.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

16.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

16.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

16.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.1.10. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

- 16.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 16.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 16.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 16.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei no 14.133, de 2021;
- 16.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 16.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 16.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 16.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 16.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 16.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 16.1.21. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 16.1.22. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 16.1.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 16.1.24. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto no 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 16.1.25. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 17.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 17.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

- 17.4. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 17.5. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 17.6. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.
- 17.7. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 17.8. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 17.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 17.10. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 17.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 17.12.. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 17.13. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 17.14. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 17.15. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 17.16. Indenizações e multas.
- 17.17. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 17.18. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **18. DOS CASOS OMISSOS**

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **19. ALTERAÇÕES**

- 19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 19.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 19.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 19.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

19.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. FORO

20.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Encaminhado para conhecimento e assinatura.

**ELANE MENDES DE LIMA**

Chefe da Subseção de Material Hospitalar



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	6. Termo de Referencia_58_2026
Data/Hora de Criação:	16/04/2026 13:06:54
Páginas do Documento:	33
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	34
Hash MD5:	81eacc6d8fb0679183bad9cdb2a7e40f
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ELÂNE MENDES DE LIMA no dia 16/04/2026 às 10:11:39 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento ENEDINO NASCIMENTO DINIZ no dia 22/04/2026 às 08:10:54 no horário oficial de Brasília.